

# Juventudes em Luta Pela Vida\*

Jaquelina Maria Imbrizi\*\*

Maria Thereza de Carvalho Lisboa Souza\*\*\*

Fernanda Cristina Gomes\*\*\*\*

## Resumo:

Três autoras se unem para escrever sobre suas experiências com “juventudes-alvo” da linha de tiro dos policiais e da violação de direitos sociais. O objetivo do artigo é articular as três narrativas dessas mulheres, advindas de gerações e lugares diferentes, de modo a denunciar a violência contra crianças, adolescentes e jovens. O método utilizado foi o da *escrevivência* que propiciou, a cada uma delas, reflexões sobre o impacto do assassinato de adolescentes no desenvolvimento de pesquisas de mestrado. A coreografia que possibilitou a elaboração dos lutos diante das mortes reais e simbólicas vinculadas às agruras de viver em territórios visados por preconceitos de gênero, classe e etnia e a arte como ponto de ancoragem que liga as adolescências às forças da vida. Nas considerações finais, há o aporte para a construção da terminologia “juventudes em luta pela vida”.

**Palavras-chave:** juventudes; território; violência; luta política.

## *Youths in a struggle for life*

## Abstract:

Three authors come together to write about their experiences with “target-youths” of the police’s firing line and the violation of social rights. The aim of this paper is to articulate the three narratives of these women, coming from different generations and places, in order to denounce violence against children, adolescents, and young people. The method used was that of *escrevivência* provided, to each of them, reflections on the impact of the murder of adolescents in the development of masters research. The choreography that enabled the elaboration of mourning in the face of real and symbolic deaths linked to the hardlines of living in territories targeted by prejudices of gender, class and ethnicity and art as a point of anchorage that connects adolescence to the forces of life. In the final considerations, there is the contribution to the construction of the terminology “youths in struggle for life”.

**Keywords:** Urban territory; violence; political struggle.

---

\* Recebido em 29 de junho de 2021. Aprovado em 06 de julho de 2021.

\*\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo. Campus Baixada Santista (UNIFESP). End. eletrônico: jaquelina.imbrizi@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0950-6174>.

\*\*\* Possui graduação em Educação Física pela Universidade Santa Cecília (2014) e Especialização em Dança e Consciência Corporal pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2016). Atualmente é facilitadora nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social e proprietária do Estúdio do Movimento Maria Lisboa, ambos na cidade de Santos. End. Eletrônico: maria.lisboa@hotmail.com.br.

\*\*\*\* Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo no Instituto Saúde e Sociedade na Baixada Santista/SP. Atua como Psicóloga Convidada na Extensão “Arte, Sonhos e Juventudes: Abordagem Psicanalítica nos Modos de Cuidar das Juventudes”, ofertando a oficina “Poesia, Corpo e Escrevivência” na UNIFESP/BS.

## Introdução

*Eu queria apenas indicar a probabilidade do fato de que crianças acolhidas com rudeza e sem carinho morrem facilmente e de bom grado. Ou utilizam um dos poderosos meios orgânicos para desaparecer rapidamente ou, se escapam a esse destino, conservarão um certo pessimismo e aversão à vida (Ferenczi, 2011, p.49).*

Este artigo é dedicado à memória de Samuca

A terminologia “jovens em luta pela vida” advém da escuta da psicóloga Cláudia Trigo Aguiar (2017) que, à época em que desenvolvia pesquisa com adolescentes, pôde perceber certo incômodo em cada termo, diante dos utilizados pelos pesquisadores ao se referirem ao público-alvo: “jovens em situação de vulnerabilidade social” e “jovens em conflito com a lei”. Ao que parece, estas são denominações que ressaltam a precariedade de seus territórios e encobrem o fato de que “o pulso ainda pulsa” (Antunes, 1989) a despeito de tanta violência. Na ocasião, os jovens disseram preferir um chamamento que relevasse o aspecto vital das suas lutas sociais diante das condições adversas do território que habitavam.

O objetivo deste artigo é apresentar as experiências das três autoras com jovens, de modo a contribuir para o entendimento da construção da terminologia “juventudes em luta pela vida”<sup>1</sup>. Trata-se de defender um compromisso ético e político com o cuidado aos adolescentes<sup>2</sup> e, ao mesmo tempo, de estar em consonância com o desejo de que as juventudes sejam reconhecidas em sua potencialidade neste momento.

Em diálogo com as artes do corpo, dividimos o artigo em quatro peças coreográficas, compreendidas como a arte de compor movimentações, de modo a produzir no texto e no corpo que dança, contra-narrativas, diálogos e deslocamentos que têm efeitos de transformação nas dimensões singulares, coletivas, territoriais e sociais. O método de trabalho escolhido foi o da escrevivência (Evaristo, 2008) que visa a construir narrativas contra-hegemônicas que acordem os senhores e senhoras da Casa Grande, de seus sonos injustos. Além disso, ao denunciar a reiterada violência contra as juventudes, a expectativa das autoras é a possibilidade de sedesconstruir as percepções preconceituosas sobre os jovens pobres, negros que vivem em territórios apartados, e transformar as condições políticas que mantêm a desigualdade social e as relações de dominação entre os homens e as mulheres.

“Escrevivência” é um termo criado pela linguista e escritora brasileira, Conceição Evaristo (2020) que, por meio da arte da escrita, instiga o sair de si, ficcionalizando o real com a experiência. Em sua condição de mulher negra na sociedade brasileira, a escrita literária é que lhe possibilitou fundar um “novo mundo” como movimento da própria existência, a fim de vencer a dor e potencializar o seu desejo de se agarrar à vida de alguma forma. É essa escrita literária que une o tecido cultural afro-diaspórico, a sabedoria ancestral transmitida na tradição oral das mulheres negras, as experiências que perpassam a vida cotidiana intergeracional na história de nosso país em prol de mudanças das condições de opressão.

Na **primeira** coreografia, está em cena a atividade da orientadora que, ao ocupar o espaço acadêmico de uma universidade pública, foi surpreendida com a morte que atravessou as pesquisas de seus mestrands<sup>3</sup>. A **segunda** coreografia se refere à experiência da arte educadora que, em seu trabalho em Serviços de Convivência, construiu artefatos artísticos que favoreceram o trabalho psíquico de elaboração do luto (Freud, 1917/2010). A **terceira** coreografia é sobre as escrevivências da psicóloga que, em sua atuação como extensionista, percebeu a arte como ponto de ancoragem que liga os sujeitos às moções de vida. Na **quarta** coreografia serão apresentadas as considerações finais.

---

<sup>1</sup>A utilização do plural para nos referirmos às juventudes e adolescências deve-se ao fato de ser população multifacetada e atravessada pelas questões de classe social, gênero, orientação sexual, e étnico raciais (Dayrell, 2003; Viana, 2020).

<sup>2</sup>Utilizamos as terminologias adolescências e juventudes como sinônimas, dependendo do contexto, pois não compreendemos as faixas etárias como estanques, mas que acompanham a legislação protetiva da população jovem: adolescência dos 14 aos 18 anos (período abarcado pela legislação do Estatuto da Criança e Adolescente) e as juventudes dos 19 aos 29 anos (período marcado pela ausência de proteção das políticas públicas).

<sup>3</sup>Duas orientações de dissertação de mestrado foram marcadas pela morte de dois adolescentes. O adolescente Samuca que participava da pesquisa sobre juventudes e o aprendiz musical inventivo (Heintz, 2018). A adolescente Isabelle que participava da pesquisa sobre as trajetórias de adolescentes e o ativismo político (Viana, 2020). Este artigo é dedicado ao Samuca e a todos os jovens que morreram em situação de violência.

## Primeira coreografia: Jovens em conflito com a lei

*A morte atravessa a pesquisa de mestrado e escancara a violência contra adolescentes no Brasil do século XXI.*

A crueza dos dados estatísticos do Mapa da Violência marcou a trajetória da professora universitária que decidiu investigar as relações entre juventudes e arte como modo de enfrentamento à violência (Imbrizi et al, 2019). No Brasil, há um (in)visível racismo estrutural (Waiselfisz, 2016; IPEA, 2020, p. 69-73), pois há homicídios com índices mais elevados entre os homens negros e mulheres negras (pretos e pardos), em relação aos não negros, que chega a ser 74,0% superior para homens negros e 64,4% para as mulheres negras. Além disso, 55,3% dos homicídios de homens acontecem no período da juventude, entre 15 e 29 anos. Os dados em relação às mulheres apontam que, enquanto a taxa de homicídios entre as mulheres não negras caiu 11,7%, entre as mulheres negras aumentou 12,4% (IPEA, 2020, p. 34-40).

Nas primeiras orientações no mestrado profissional da Unifesp, eu conheci M. (Heintz, 2018). Na ocasião, ele se apresentou como formado em Educação Física, músico e velejador. Se aquele nosso muito prometido passeio de barco ficou para um depois não realizado, ficaram perenes as analogias com o mar e os timoneiros presentes nos encontros de orientação, que aos poucos ajudavam a perceber que navegávamos em mares mais revoltos e, por que não dizer, muito mais turbulentos do que o iniciante no mestrado poderia imaginar.

No decorrer de uma das orientações, como é de praxe, convidei M. para participar de uma defesa de mestrado cujo tema se referia à violência contra jovens. No caso, eram adolescentes que frequentavam uma ONG que oferecia oficinas de percussão para pessoas que viviam em territórios apartados (Machado, 2017). Ele respondeu prontamente que poderia assistir à defesa, mas não se furtou a explicitar seu estranhamento diante do meu convite e alegou, peremptoriamente, que não considerava estudar o tema violência em sua pesquisa.

Cabe ressaltar que a negativa de M. pode estar recalando sua percepção sobre as violências, mas também pode revelar que algumas violências são invisíveis e, por isso, sistêmicas (Zizek, 2007), pois enraizadas na própria forma de funcionamento do sistema capitalista. Ou seja, há uma violação de direitos cotidiana voltada aos jovens brasileiros pobres, causada pela ausência do Estado em exercer sua alegada função de proteção às suas vidas, por meio da oferta de instituições de qualidade para as suas formações como sujeitos críticos no mundo. Ao invés disso, a juventude brasileira está na linha de tiro dos policiais que agem em nome das leis vinculadas às políticas de morte (Mbembe, 2018) e está abandonada à própria fome e sorte.

Para o nosso estarecimento, no início do desenvolvimento da pesquisa, M. é surpreendido com a informação de que um jovem que frequentava as oficinas de música é assassinado barbaramente. A violência atravessou a vida de um adolescente e o pesquisador teve que se haver com a elaboração de um luto, além de ter que mudar os procedimentos do seu estudo. Entre as mudanças nos procedimentos, cabe ressaltar a inserção no diário de campo das reações dos jovens e a do próprio pesquisador diante da violência de Estado e o processo de elaboração coletiva do luto (Rosa, 2009). Por meio da criação de um espetáculo musical, o grupo construiu estratégias para realizar o trabalho psíquico de elaboração de um luto por um acontecimento traumático: a morte de um dos colaboradores da pesquisa. Todos perderam o Samuca e um dos legados que ele deixou nos corações de seus comparsas foi o de inspirar o espetáculo “Gritos Mudos”. A encenação de jovens em uma procissão em meio à escuridão do teatro, segurando velas e vestindo uma camiseta preta com um alvo desenhado nas costas, explicitava a ameaça que rondava e, ainda ronda, a vida das juventudes.

Porém, uma polêmica se instalou na banca de qualificação de M.: as relações tênues entre a linguagem acadêmica e a responsabilidade ética das instituições universitárias. Um dos avaliadores questionou se seria necessário explicitar a violência que o jovem sofreu, o seu corpo retalhado cruelmente e as ameaças advindas de todos os arredores do território onde aconteceu o bárbaro assassinato. Deveríamos proteger o pesquisador e orientador de supostas perseguições dos agressores, provavelmente, associados ao tráfico de drogas na região? Qual linguagem utilizar? Quem precisa de proteção: jovens, pesquisadores e/ou orientadores? Será que não caberia utilizar a pesquisa como uma forma de denúncia para contribuir para a eliminação da opressão contra as nossas juventudes? Proteção para quem, enquanto esses meninos e meninas estão sendo assassinados, seja pela violência rápida de uma arma de fogo, seja pela crueldade silenciosa vinculada ao fato de que os seus direitos estão sendo violados. Para a defesa da dissertação, foi necessário um acordo para retirar do texto os detalhes sobre o assassinato de Samuca, mas o estilo da escrita denunciou as violências, visíveis e invisíveis, contra as nossas juventudes.

Nesse sentido, Machado (2017, p. 22) enfatiza que os jovens são tanto vítimas de homicídios e de causas externas envolvendo circunstâncias violentas, como são também os que cometem algum tipo de violência, como

resistência às condições de desigualdade social nas cidades. Ela indica o número elevado de adolescentes que estão “cumprindo medida socioeducativa em situação de internação ou semiliberdade na Fundação Casa, algo em torno de nove mil”. Estes são os chamados “jovens em conflito com a lei”, na maioria das vezes considerados intratáveis, têm suas reivindicações associadas à patologização com a consequente medicalização excessiva de um problema que é tratado “individualmente”, ainda que a sua causa seja eminentemente social e política (Rosa & Vicentini, 2010).

Essas reflexões nos aproximam da epígrafe que abre este artigo: devido ao mau acolhimento das crianças (Ferenczi, 2011), a sociedade brasileira construiu condições para que eles e elas, se sobreviventes, reproduzam a violência entre seus pares ou estejam diante da ameaça constante dos policiais. É a morte sempre à espreita disfarçada de artimanhas para que sujeitos se inclinam rapidamente ao desaparecimento, seja por atos contra a própria vida ou contra a vida de outros.

Em que mundo vivemos? Como é comum o mecanismo psíquico cunhado por Sigmund Freud (1925/2011), no seu curto texto “A negação”, como um tipo de defesa na qual a nossa percepção é seletiva e há a tendência de que tudo aquilo que nos incomoda e causa angústia ser banido do nosso campo de visão e, conseqüentemente, da nossa tomada de consciência sobre (neste caso) a violência contra as juventudes periféricas. Nos meios de comunicação de massa, quase não tomamos conhecimento do número alarmante de jovens assassinados. Muitas vezes, são reportagens rápidas e com pouca abertura para as discussões políticas, que encaminhem a questão para a responsabilização ética e social dos nossos representantes do governo e para a reflexão sobre a nossa anestesia diante da morte de cidadãos e cidadãs. Mais do que isso, são mensagens que muitas vezes contribuem para a criminalização e a culpabilização do jovem pobre.

O assassinato emblemático de Samuca refaz a trajetória dos homicídios dos jovens, seja a morte instantânea por balas advindas das ações policiais desastrosas; sejam aqueles que morrem lentamente, melancolicamente, de modo submisso a um patrão/traficante oportunista e perverso; seja na própria instituição escolar que também reproduz as humilhações direcionadas aos jovens que vêm de territórios apartados; seja na ausência de oferta de espaços abertos para a produção de cultura e arte em regiões marcadas pela inexistência de instituições culturais ofertadas pelos órgãos estatais.

## **Segunda coreografia: Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social**

### *Artes do corpo e trabalho de elaboração do luto*

Antes de as atividades do dia começarem, nós facilitadores temos a opção de escolher o lugar em que o trabalho irá acontecer, e eu sempre opto pelo anfiteatro, especificamente o palco, pois me desperta diversas memórias e sensações que marcaram a minha adolescência, e as experiências como usuária deste serviço de convivência; sinto que este é um espaço que me inspira diariamente. Neste dia não foi diferente.

Começamos o encontro nos deslocando pelo palco, acordando o corpo, ativando a consciência a partir dele; comumente os jovens chamam essa etapa de aquecimento. Logo após esse momento, partimos para a tarefa de construir uma cena, uma coreografia a partir da música “Geni e o Zepelim” (Buarque, 1979).

Para a construção da coreografia, os jovens são convidados para uma roda de conversa, neste dia composta por adolescentes do gênero feminino, e uma questão foi levantada: Quem é Geni? Foram disparadas reflexões sobre machismo, preconceito, violência e hipocrisia que favoreceram relatos de experiências do cotidiano neste território, semelhantes às vivenciadas pela personagem Geni em sua cidade. Foi constatado que a cidade da canção era semelhante ao nosso território, onde as mulheres são violentadas diariamente.

Abrindo um parênteses, era de conhecimento da equipe que uma jovem participante desse grupo sofria violência doméstica do seu parceiro. Em meu papel de educadora, tinha ideia da importância de abordar o tema, como também do cuidado que deveria ter ao tratá-lo, para poder oferecer uma escuta atenta às falas que poderiam surgir dessa aproximação. Para a minha surpresa foi esta mesma jovem que se voluntariou para dar corpo à protagonista da canção. Decisão firmada por ela, mesmo quando os jovens alertavam para o fato de que a personagem seria “xingada, apedrejada”.

Ao finalizarmos a construção desta cena, os jovens não ficaram satisfeitos com o final da trama, considerando injusto o destino da personagem. Eles queriam ver Geni superando aquele contexto, confrontando os julgamentos, saindo do lugar de sujeição. Qual seria a saída para Geni e para tantas outras mulheres? Como podemos criar outro final para essa coreografia macabra?

Eles transformaram Geni em Maria de Vila Matilde, personagem título da canção, interpretada por Elza Soares (2015), que denuncia a violência doméstica. Havia, portanto, a intenção de contar não apenas mais uma história, mas de denunciar, demarcar o lugar de insubmissão: “Eu solto o cachorro/E, apontando pra você/Eu grito: Péguixguixguix/Eu quero ver/Você pular, você correr/Na frente dos vizinhos/Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”(Soares, 2015).

Essa coreografia se tornou parte do musical, intitulado “Gritos Mudos” que, além de ser o resultado de um processo de ressignificação de um luto não autorizado<sup>4</sup>, também se transformou em espaço para que o coletivo produzisse som aos seus gritos, até então silenciados pelas violências que atravessam seus corpos e territórios.

Essa experiência revela à minha percepção os impactos da arte na subjetividade das juventudes, pois se hoje eu ocupo o lugar de jovem educadora e moradora deste território, eutambém usufruí das atividades oferecidas no equipamento, no período da minha adolescência. O território se refere à maior favela em palafitas do Brasil, com população estimada em mais de 20 mil pessoas, segundo o censo do IBGE (2010). O equipamento no qual acontecem as oficinas se localiza na fronteira; de um lado a avenida, onde circulam ônibus e são disponibilizados vários serviços e, do outro lado, o denominado Caminho, com seus endereços confusos, algumas moradias sobre a terra e outras sobre a maré, rodeada de lixo, tamanha a necessidade de ocupação e de exercer o direito à moradia.

Estes territórios resultam do sistema capitalista que produz e mantém desigualdades, apresentam fronteiras que determinam as formas de ser e de se relacionar neste lugar e, muitas vezes, também definem quem pode viver e quem deve morrer.

E quando se vive o que resta? Um subemprego, uma submoradia, um sub ensino, e (ainda) ser grato por isso. Essa é a lógica a ser reproduzida, ensinada, naturalizada e que é transmitida para as nossas juventudes. Romper esse ciclo é quase impossível, quando não se apresentam e não são permitidas outras alternativas de existir no território. Como entrar em uma universidade se temos que abandonar a escola para trabalhar? Como ter uma carreira, uma profissão, se somos mães aos 15, 16 anos? Como desejar um emprego melhor se moramos em uma favela? Como ter um projeto de vida para um suposto futuro se somos assassinados diariamente? Essas são perguntas feitas por aqueles que conseguem se aproximar dessa fronteira, seja por meio da educação, do confronto, da arte; no entanto, muitos nem conseguem perceber que estas fronteiras existem. Nesta realidade, não se fala o que é necessário dizer, não se pensa sobre aquilo que pode romper certas estruturas, nem se movimenta fora dos papéis pré-determinados socialmente.

Quem existe e resiste nesta realidade é chamado de sujeito em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a definição utilizada no campo das políticas da assistência, o sujeito vulnerável não está fadado a sofrer danos, porém está mais suscetível a sofrê-los por possuir desvantagens para a mobilidade social (Fiorati, 2014). Deste modo, a vulnerabilidade é entendida como uma característica, como um estado de fragilidade, que por sua vez implica risco.

Os jovens que chegam para as atividades deste equipamento trazem em seu corpo marcas de sua experiência, seja por meio de determinada atitude, de uma fala ou até mesmo de um silenciamento. Alguns chegam correndo, sempre atrasados, outros com fome, cansados; há também os que chegam agitados, ansiosos pelo início da atividade, e os que querem sempre sentar afastados de todos, no papel de meros espectadores. Quando falamos especificamente sobre as meninas, jovens precocemente obrigadas a amadurecer, há de se considerar a presença de seus bebês e/ou até mesmo de outras crianças que fazem parte das inúmeras responsabilidades colocadas sobre seus corpos. Neste quadro, cabe destacar que a juventude só resiste porque há potencialidades, sonhos, afetividades e, principalmente, desejo de poder viver e falar sobre o que as aprisiona:

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes/Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência/É roubar um pouco de bom que vivi/Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes/Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes/É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir (Emicida, 2019).

---

<sup>4</sup> O luto não autorizado se refere “às perdas que não podem ser abertamente apresentadas, socialmente validadas ou publicamente pranteadas”Doka (1989,p.4). Neste caso, se relaciona com o fato de a morte de Samuca não poder ser denunciada por familiares por conta de ameaças sofridas em seus próprios territórios e, por consequência, impediram a realização dos rituais fúnebres. Ou seja, foram restringidos os espaços para a despedida e elaboração do luto.

Para essas juventudes, a arte é então utilizada como recursos simbólicos para abarcar a complexidade das existências, dando voz ao que tem sido estruturalmente silenciado, evidenciando potencialidades que antes não encontravam terreno fértil para se fazerem enxergar e para se desenvolverem:

A arte, no encontro com nosso corpo, se torna singular à medida que pode produzir em nós coisas antes não experimentadas. Ela comporta a potência de fazer diferir nossos modos de estar no mundo, através da criação e do rompimento com as prescrições que hoje enquadram nossas vidas a modelos com fronteiras tão bem demarcadas (LACAZ, 2015, p.63).

Como lente para enxergar fronteiras, a arte tem nos ajudado a refletir sobre a aproximação entre juventude e território, que pode despertar desejos de deslocamento. E para onde? Para um lugar diferente daquele onde a juventude pobre e periférica é socialmente colocada: o da incapacidade, da vulnerabilidade, de um imaginário vinculado à delinquência e à violência (Rosa & Vicentin, 2010). Essa necessidade de movimento, de fuga para outro lugar, ocorre por intermédio do acesso às manifestações culturais e artísticas que, em suas diversas formas, promove a ampliação de repertório estético, ético e político das juventudes. Os elementos que surgem deste contato com a arte são confrontados com as experiências compartilhadas, e essas tensões convocam a reflexão sobre a realidade, oferecida como a única possível para esse grupo social. Neste processo, as fronteiras que limitam a existência desses sujeitos, antes invisíveis, passam a ter nomes, cores e formas a serem destituídas e restituídas.

### **Terceira coreografia: Juventudes periféricas**

*O espaço periférico e a quebra dos destinos sociais das juventudes devem pautar os espaços de discussão das universidades públicas*

Eis aqui a escrevivência de uma jovem que, após o percurso integral no ensino público brasileiro, agora lhe escreve como psicóloga dotada de reflexões, com os mais diversos artefatos da expressão artística das juventudes que impactaram na trajetória de sua formação acadêmica. Assim, foi a escrita poética que lhe permitiu elaborar as percepções das desigualdades sociais que tangem as nossas vidas.

A graduação na universidade pública nos aproxima da dimensão política do cotidiano, principalmente no campo das disputas sociais, apresentando as lutas para defender nossos direitos e exigir ações que condizem com as necessidades da nossa população. A mim, coube participar do campo de disputas do movimento estudantil visando à garantia das políticas afirmativas de permanência na universidade.

Em um dos módulos, recordo-me de escrever sobre a experiência de ser universitária no intuito de problematizar possíveis barreiras, suportes e acontecimentos-rupturas em minha trajetória de vida. Dessa ação, emergem a memorialística das juventudes que, assim como eu, usufruíram das políticas de ações afirmativas, como as bolsas de extensão e permanência que me garantiram, e a alguns dos meus colegas, a conclusão do ensino superior. E houve poucos espaços acadêmicos que solicitaram esse tipo de reflexão que articulam experiências de vida com as discussões teóricas, mas neste pude perceber o quanto é necessário diversificar as fontes epistemológicas na construção de conhecimento. A academia precisa das *quebradas* para revelar um saber da experiência, que por muitas vezes a universidade capturou apenas como “fotografia de campo” sob as próprias lentes e óticas. Os espaços de discussão das universidades precisam inserir em suas pautas de luta, o cuidado para com as emoções, o sofrimento ético-político e a dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2016). Assim, Sawaya (2009) conceitua a desigualdade social como “uma ameaça permanente à existência” que produz sofrimento ao sujeito e o imobiliza, impedindo o exercício da “potência de agir”.

Sobre esta questão, Carreteiro (2003) nos alerta para o acontecimento-ruptura que faz alusão à quebra dos referenciais e pilares da construção de uma história de vida. Isto é, a quebra de um destino social prescrito que consta não só no imaginário, mas nas configurações territoriais e condiz com a identificação do sujeito com o discurso que o fixa em lugares “de não escolha” no laço social. Um exemplo são as escritas de Ribeiro (2018) sobre o lugar social das mulheres negras que ocupam o cargo de trabalhadoras domésticas, destinos de sua avó e mãe. Os pais de Djamilá lutaram para que ela estudasse e quebrasse o ciclo de imposições de modos de vida e

profissão. Cabe ressaltar que a reconhecida filósofa também foi estudante de um campus de expansão da Universidade Federal de São Paulo.

D'Andrea (2020) localiza a importância das juventudes periféricas que entraram nas universidades públicas e puderam sair formadas e, assim, retornaram com conhecimentos e ações transformadoras, exercendo a função de intelectuais orgânicos que transmitem suas experiências acadêmicas para os seus. São “trajetórias (das) quebradas” que, dialeticamente, carregam uma carga dolorosa e libertadora: Como declama Emicida (2013), “Cerre os punhos e sorria e jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazia”.

O sociólogo D'Andrea aponta o movimento periférico surgido em São Paulo sobre as manifestações culturais e artísticas articuladas às lutas por melhores condições de vida, nas regiões apartadas das grandes cidades. Nas palavras do pesquisador:

Nos últimos trinta anos, houve uma explosão de atividades culturais na periferia. São saraus, slams, cineclubes, posses de hip-hop, comunidades do samba, grupos teatrais, grupos de dança, literatura marginal, entre outras manifestações. Cinco foram os indutores principais dessa movimentação: a produção artística como (I) forma de pacificar contextos tomados pela violência; (II) forma de sobrevivência material alternativa ao trabalho capitalista e às atividades ilícitas; (III) forma de melhorar o bairro; (IV) maneira de fazer política e (V) tentativa de humanização em um contexto violento (D'Andrea, 2020, p.33).

Esse amplo movimento cultural foi o mais importante difusor de uma consciência periférica, ao afirmar o pertencimento e denunciar as condições de vida oferecidas para parte da população brasileira. A prática social desses coletivos também experimenta novos modos do fazer político, tendo como referência a capilaridade nos territórios. Trata-se de ressaltar a potência dos sujeitos e sujeitas periféricas. Nesta perspectiva, entende-se que o termo *periférico* não somente adjetiva as pessoas oriundas de determinados territórios ou condições socioeconômicas, mas conta da consciência enunciada a partir do posicionamento político com caráter de denúncia por meio da arte, cultura e criatividade no enfrentamento das condições adversas (D'Andrea, 2020).

Nessa linha de raciocínio, foi por meio de minhas experiências em projetos de extensão (Imbrizi et al, 2019) que tive os primeiros contatos com pesquisas que articulam arte e território, principalmente no que se refere às produções artísticas da juventude secundarista na Baixada Santista. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso, analisei um livro de poemas, cujas manifestações culturais impactam o território de pertença e trazem a potência política da arte ao viabilizarem a manutenção das vidas das juventudes (Gomes, Imbrizi, Lisboa, 2020). Pode encontrar ações da juventude secundarista na Baixada Santista que, por meio de sua arte, pleiteiam cargos em conselhos municipais, realizam plenárias comunitárias nos seus bairros, negociam espaços nas escolas para discussões sociais com os estudantes, organizam atos nos espaços públicos, protocolam ofícios nas câmaras de vereadores em defesa do acesso aos seus direitos, etc. Ou seja, são jovens capazes de se organizar politicamente e de modo articulado os âmbitos municipais, estaduais e nacionais. São juventudes periféricas que precisam demonstrar celeridade nos modos como lidam com as injustiças sociais cotidianas e criam planos e projetos, pois elas convivem no limiar entre a vida e a morte. Como não lhes é permitido se alienar da finitude da vida humana, precisam então de muita energia para lutar contra as ameaças constantes às suas vidas. Acrescente-se o fato de que em contextos de vulnerabilidade, o que o Estado oferece à população não são fatores de proteção, mas a morte e violências contra as nossas juventudes.

Nesse sentido, cabe a luta pela oferta dos suportes institucionais, sociais, culturais, educacionais, artísticos e de saúde, que possam promover amparo, acolhimento e partilha de experiências nos territórios. Ao invés da humilhação do considerado mais fraco e menos capaz nas instituições escolares, que tal incentivarmos professoras e professores a estarem a postos e dispostos a cultivar a escrita poética sobre as agruras de viver em contextos marcados pela desigualdade social?

#### **Quarta Coreografia: Juventudes em Luta Pela Vida**

##### *Considerações Finais*

Ao final deste trajeto escreviente, as autoras afirmam a importância da denominação “Juventudes em luta pela vida”. Nas três coreografias apresentadas neste artigo, há denúncia das ações consecutivas e repetitivas que resultam na morte de Samuca -que representa vários outros jovens assassinados pelo descaso de nossa sociedade.

Samuca, um “jovem em situação de vulnerabilidade social” escapou de ser um “jovem em conflito com a lei”, faleceu antes de reproduzir esse destino social. Ele foi vítima da disputa por territórios liderada por traficantes, a despeito de seu sonho de ser artista, pois já estava desenvolvendo habilidades musicais nas oficinas oferecidas em um Serviço de Convivência. Como na epígrafe de autoria do psicanalista Ferenczi (2011), nossos jovens captam a mensagem subliminar de toda uma sociedade que, por meio dos seus dispositivos institucionais (a família, a escola, os espaços culturais e de saúde) não consegue acolher com amor, reciprocidade e respeito às singularidades de crianças e adolescentes, mas acabam produzindo em cada uma dessas juventudes um estado de ânimo pessimista, melancólico e muito próximo de uma certa aversão à vida. Daí a nossa responsabilidade ética e social diante do futuro e da perspectiva de vida oferecida para os nossos jovens. Violência gera Violência!

Trata-se da luta constante entre Eros e as pulsões de morte que Freud já indicava nos seus textos seminiais: “Além do Princípio do Prazer” (1920/2010a) e “O Mal-estar na Civilização” (1930/2010b). Visando à sua autoconservação, essa juventude está sendo instada a transformar a pulsão de morte em pulsão de destruição, como um apelo, reação e defesa às humilhações sociais sofridas reiteradamente. Chegar ao ponto de ser considerado um “jovem em conflito com a lei” também é um modo de dizer que as crianças, adolescentes e juventudes estão lançando um apelo à sociedade por seu direito à vida.

Em suas pesquisas com pessoas em situações sociais críticas, Broide & Broide (2016) fazem o questionamento: “O que mantém estes jovens vivos diante de tanta precariedade e descaso do Estado no que se refere à oferta de instituições de qualidade nos territórios periféricos?” E as autoras deste artigo acrescentam mais perguntas: Como alguma juventude consegue escapar a certo pessimismo e aversão à vida, transmitidos por mensagens subliminares e explícitas de que não são bem-vindas, são estorvos sem serventia em todos os lugares onde pisam? Como consegue sobreviver e quais seriam os pontos de ancoragem que os sustentam nos laços sociais? Estas são questões nos aproximam da ideia de que estamos lidando com juventudes que estão em luta pela vida e que (apesar das agruras do cotidiano), ao invés de sucumbirem à precariedade e desproteção em seus territórios, ainda encontram forças para se vincular às moções de vida e criar laços sociais que potencializam suas energias vitais. Apresentamos a arte como ponto de ancoragem que enlaça as juventudes às pulsões de vida, mas as manifestações culturais e artísticas não podem ser as únicas alternativas para essa população: urge formular estratégias e artefatos humanos que visem a transformar as condições geradoras da desigualdade social, pois só assim poderemos mudar o rumo da história de violência contra crianças, adolescentes e jovens, denunciada neste artigo.

## Referências

- AGUIAR, Cláudia Trigo. *Uma problematização da produção de verdade nos crimes contra a vida de jovens brasileiros*. Dissertação de mestrado (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2017.
- ANTUNES, Arnaldo. *O pulso ainda pulsa*. Letra da Música. 1989. Disponível em: <<https://saudeglobal.org/2017/06/30/o-pulso-ainda-pulsa-por-daniel-almeida/>> Acesso em: 08 jun.2020.
- BROIDE, Jorge et al. *A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções*. Brasil: Editora Escuta, 2016.
- CARRETEIRO, Tereza C. *Acontecimento: categoria biográfica individual, familiar, social e histórica*. In Féres-Carneiro (orgs). Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003.
- D’ANDREA, Tiaraju. *Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos*. Novos Estudos - Cebrap, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 19-36, Novos Estudos-CEBRAP, abr. 2020.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.* Online. nº24. Fev/2003.
- DOKA, Kenneth J. *Disenfranchised grief: recognizing hidden sorrow*. Lexington, MA: Lexington Books, 1989.
- EMICIDA. *AmarElo*. 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pablo-vittar/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.



EMICIDA. *Levanta e Anda*. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GZgnl5Ocu8/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. Releitura, Belo Horizonte, n.23, 2008.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivência. Leituras Brasileiras*. 6/02/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>>. Acesso em: 09/06/2021.

FERENCZI, Sándor. *A Criança Mal Acolhida e Sua Pulsão de Morte*. Obras Completas. Porto Alegre. Editora Artmed, 2011.

FIORATI, Regina Célia et al. População em vulnerabilidade, intersectorialidade e cidadania: articulando saberes e ações. *Saúde e Sociedade* [online]. 2014, v. 23, n. 4.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer (1920/2010a) In: SOUZA, Paulo César de. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. O mal-estar na Civilização. (1930/2010b). In: SOUZA, Paulo César de. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. Luto e melancolia (1917/2010c). In: SOUZA, Paulo César de. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. A Negação. (1925/2011). In: SOUZA, Paulo César de. *O Eu e o Id, autobiografia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Fernanda Cristina; IMBRIZI, Jaquelina; LISBOA, Maria. Fragmentos de Escrevivência nas Poesias de Jovens Secundaristas. 2021. 17 f. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Psicologia) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

HEINTZ, Marcos. *Jovens em situação de vulnerabilidade social e produção de subjetividade no aprendizado musical inventivo*. Dissertação de Mestrado (Ensino em Ciências da Saúde). Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. Santos, 2018.

HOLLANDA, Chico Buarque de. *Geni e o Zepelim*. In: Ópera do Malandro. Rio de Janeiro: Polygram'Phillips, 1979. Disco 2. Lado A. Faixa 5. Disco de Vinil.

IBGE. Censo demográfico 2010. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e, 2010.

IMBRIZI, Jaquelina et al. Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 31, 4 set. 2019.

IMBRIZI, Jaquelina M et al. O Projeto de extensão “Escuta clínico-política de sujeitos em situações críticas” e a Roda de conversa sobre cultura hip-hop. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. *Juventudes e contemporaneidade: reflexões e intervenções*. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

IPEA, Inst. de Economia Aplicada. *Atlas da Violência*. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAZ, Alessandra Speranza; LIMA, Silvana Mendes; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, Brasil, v. 27, n. 01, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Brasil: n-1 edições, 2018.

MACHADO, Thais F.F. *Territórios, sociabilidades e jovens da Zona Noroeste de Santos - SP: significados e experiências em contexto de violência urbana*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. Santos, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Miriam Debieux. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Brasil, v.12, n.28, Set 2009.

ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 107-124, 2010.

ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

SAWAIA, BaderBurihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009.

SOARES, Elza. *Maria de Vila Matilde*. 2015. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/elza-soares/maria-da-vila-matilde/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol.polít.*, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017.

VIANA, Cássio. *Leituras psicanalíticas das trajetórias de adolescentes e jovens em vulnerabilidade social e o ativismo político*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. Santos, 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2016.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.